

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

235 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 31 de março a 4 de abril de 2025

1. UCRÂNIA - CIMEIRA DE BUCHA	1
2. EUA - TARIFAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	1
3. COMÉRCIO INTERNACIONAL - ACADEMIA	3
4. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	4
Debate sobre as Conclusões do Conselho Europeu de março	4
Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa	5
5. NATO - MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	5
6. COMISSÃO EUROPEIA - POLÍTICA DE COESÃO	6
6. COMISSÃO EUROPEIA - PROTECT EU - ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA INTERNA	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Conselho Europeu	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da UE	8

1. UCRÂNIA - CIMEIRA DE BUCHA¹

O Senhor Presidente da Assembleia da República (AR), José Pedro Aguiar-Branco, esteve presente na **Cimeira de Bucha**, um evento que reuniu **dezoito Presidentes de Parlamentos da União Europeia (UE)**, e se realizou em Kiev no dia 31 de março.

Os Presidentes dos Parlamentos da Bélgica, Croácia, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Islândia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, Polónia, Portugal, Eslovénia, Espanha, Suécia, Ucrânia e Reino Unido, bem como um Vice-Presidente do Parlamento Europeu, prestaram homenagem às vítimas do massacre de Bucha, três anos mais tarde. Adotaram uma declaração conjunta ([aqui](#)), condenando “*com a maior veemência possível a guerra de agressão não provocada e injustificada da Federação Russa contra a Ucrânia*”, reafirmando o “*pleno respeito pela soberania, independência e integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas*” e apelaram à “*criação de um tribunal especial para o crime de agressão contra a Ucrânia*”.



2. EUA - TARIFAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

No passado dia 2 de abril, o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, anunciou uma ordem executiva em **matéria de política comercial dos EUA** que, segundo o próprio, visa o reequilíbrio das trocas internacionais através de medidas tarifárias recíprocas e proteção da capacidade produtiva nacional. É justificada por considerações de segurança económica, industrial e militar, e visa contrariar décadas de défices comerciais que, segundo o Presidente, minaram a resiliência dos EUA.

No que diz respeito à UE, foi imposta aquela que a administração americana considera ser uma tarifa recíproca relativa ao que se considera serem os 39% de impostos que a União Europeia aplica às importações americanas, onde se incluem os direitos aduaneiros, bem como o IVA e as barreiras não monetárias. Assim, a partir de 9 de abril, os produtos europeus serão alvo de um **direito aduaneiro americano de 20%**, e Donald Trump reiterou que as importações de veículos de todo o mundo, bem como de aço e alumínio, seriam tributadas a 25% a partir de 3 de abril.

Esta ordem executiva intitula-se “*Regulamentação das Importações com uma Tarifa Recíproca para Corrigir Práticas Comerciais que Contribuem para os Grandes e Persistentes Défices Comerciais de Bens dos Estados Unidos*” ([aqui](#), com as tabelas disponíveis no [Anexo I](#) e no [Anexo II](#)), e pode ser sintetizada do seguinte modo:

1. Declaração de Emergência Nacional: O Presidente declara emergência nacional devido a défices comerciais persistentes que resultam de práticas comerciais injustas por parte de parceiros internacionais — como tarifas

¹ Fotos: Parlamento Europeu

não recíprocas, barreiras não tarifárias e políticas económicas que suprimem salários e consumo interno. Estes desequilíbrios comprometem a segurança económica e nacional dos EUA.

2. Diagnóstico do Problema:

- Défices comerciais persistentes contribuíram para o declínio da base industrial dos EUA, afetando cadeias de abastecimento e a base industrial de defesa.
- A falta de reciprocidade nas tarifas aduaneiras e barreiras não tarifárias prejudica a competitividade das exportações americanas.
- Políticas de parceiros comerciais reduzem o consumo interno e aumentam artificialmente a competitividade das suas exportações.

3. Crítica ao Sistema Comercial Internacional: A abordagem multilateral, iniciada em 1934 e consolidada com o GATT e a OMC, falhou em garantir reciprocidade efetiva. As tarifas médias [MFN](#) (nação mais favorecida) dos EUA (3,3%) são significativamente mais baixas que as de parceiros como Índia (17%), Brasil (11,2%) ou UE (5%). As discrepâncias são mais acentuadas em produtos específicos (ex: automóveis, etanol, arroz, maçãs). As barreiras não tarifárias incluem regras técnicas, regulamentos fitossanitários, protecionismo digital, corrupção e práticas anticoncorrenciais.

4. Impacto Económico e de Segurança: com estas medidas, os EUA visam:

- Redução da produção nacional ameaça a resiliência económica e capacidade de resposta a choques geopolíticos (ex: COVID-19, ataques no Médio Oriente).
- Perda de empregos industriais (~5 milhões entre 1997-2024), com impactos sociais negativos.
- Manutenção de capacidade industrial é vital, especialmente nos setores avançados (automóveis, farmacêutica, microeletrónica, defesa).
- R&D e inovação ligados à produção industrial: a perda de capacidade produtiva reduz a competitividade tecnológica.

5. Situação no Setor Agrícola: O setor alimentar é considerado uma infraestrutura crítica, e nota-se que os EUA perderam o superavit agrícola, enfrentando um défice projetado de 49 mil milhões de dólares, agravado por barreiras não tarifárias.

6. Poderes de Modificação: O Presidente poderá aumentar ou reduzir tarifas dependendo de: Retaliação de parceiros comerciais; Melhoria das práticas recíprocas; Degradação ou melhoria da capacidade industrial nacional.

O *Político* ([aqui](#)) e o *Financial Times* ([aqui](#), para assinantes) disponibilizam análises bastante completas deste tema.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, reagiu a estas medidas ([aqui](#)), afirmando que a Europa continuará a defender os seus interesses e valores e a construir pontes com todos os que valorizam um comércio justo e baseado em regras. Considerou esta decisão um golpe severo à economia mundial e manifestou profundo pesar perante a escolha dos Estados Unidos. Afirmou que as consequências serão de grande magnitude, com impactos negativos



imediatos para milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente nos países mais vulneráveis, agora sujeitos a algumas das tarifas norte-americanas mais elevadas.

A Presidente sublinhou que não há clareza nem direção na aplicação destas tarifas universais, considerando que se instalou a desordem. Reconhecendo que o sistema comercial global apresenta deficiências, von der Leyen concordou com a crítica do Presidente Trump de que alguns países se aproveitam indevidamente das regras atuais. No entanto, advertiu que recorrer a tarifas como primeira e última ferramenta não é a forma de resolver esses problemas. Reiterou a abertura da UE para negociar com os EUA a remoção de quaisquer barreiras remanescentes ao comércio transatlântico.

Ao mesmo tempo, afirmou que **a UE está preparada para reagir**. Já está em fase de conclusão um primeiro pacote de contramedidas em resposta às tarifas sobre o aço e encontram-se em preparação novas medidas de retaliação para proteger os interesses e as empresas europeias, caso as negociações não avancem. Alertou também para os potenciais efeitos indiretos das tarifas americanas, afirmando que a Europa não poderá absorver a sobrecapacidade global, nem aceitará práticas de dumping no seu mercado interno.

A Presidente garantiu que a União estará ao lado dos setores mais afetados. Anunciou novas medidas de apoio às indústrias do aço e do automóvel, mencionando a limitação recente das importações de aço isentas de tarifas como forma de dar fôlego a estas indústrias estratégicas. Informou ainda que serão convocados Diálogos Estratégicos com os setores do aço, automóvel e farmacêutico, entre outros.

Concluiu reafirmando que a Europa continuará a defender os seus interesses e valores, e a construir pontes com todos os que, como a UE, acreditam no comércio justo e baseado em regras como base para uma prosperidade partilhada.

Por seu lado, Bernd Lange, presidente da Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, considerou “*injustificadas, ilegais e desproporcionadas*” as tarifas de 20% anunciadas pelo Presidente Donald Trump (declaração [aqui](#)). Segundo Lange, estas medidas prejudicam os cidadãos comuns, aumentam a inflação, criam ineficiências na produção e geram incerteza nos investimentos, com reflexos evidentes nos mercados financeiros. Defendeu uma reação unida dos países visados e reafirmou a disponibilidade da UE para dialogar, embora manifeste reservas quanto à verdadeira vontade da administração norte-americana de negociar.

3. COMÉRCIO INTERNACIONAL - ACADEMIA

Relacionado com o ponto 2, *supra*, damos nota de um artigo académico da autoria de [Arancha González Laya](#), que lidera a Paris School of International Affairs, Sciences Po, intitulado *Change or bust: How Europe can shore up the multilateral trading system* (disponível [aqui](#)).

O artigo analisa a evolução da governação do comércio mundial, destacando o papel central que os Estados Unidos e a Europa desempenharam na construção do sistema multilateral de comércio desde 1947. Contudo, **face ao recuo dos EUA no compromisso com o sistema baseado em regras, a União Europeia (UE) é confrontada com a necessidade de explorar novas opções** para garantir a continuidade e a relevância da ordem comercial global.

Após a Segunda Guerra Mundial, a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) — mais tarde integrado na Organização Mundial do Comércio (OMC) — representou um esforço conjunto dos EUA e da Europa para estabelecer um sistema baseado na não discriminação e em concessões mútuas. O multilateralismo comercial serviu também objetivos geopolíticos, nomeadamente no contexto da Guerra Fria. Em contraciclo, o recente regresso de Donald Trump à presidência dos EUA, com a assinatura do plano “Fair and Reciprocal Plan” (2025), marca uma rutura com os princípios fundadores do sistema multilateral, especialmente o da

Nação Mais Favorecida. A nova abordagem americana justifica medidas unilaterais baseadas no défice comercial e aplica um entendimento assimétrico de reciprocidade.

Perante este cenário de fragmentação e incerteza, o artigo identifica três opções estratégicas para a UE e outros parceiros que desejem preservar um sistema comercial baseado em regras:

1. **Uma OMC mais flexível** – reformar as regras existentes para permitir maior margem de manobra aos membros, sem abandonar o quadro multilateral.
2. **Uma OMC de geometria variável** – permitir que grupos de países avancem com acordos plurilaterais, mantendo o núcleo do sistema para os que desejem permanecer.
3. **Uma reforma radical ("big bang")** – hipótese menos provável mas possível em caso de crise global profunda, retomando o espírito da [Carta de Havana](#) para integrar comércio, emprego e dívida numa nova arquitetura.

O contexto atual é profundamente diferente do pós-guerra: o comércio global é dominado por economias emergentes, a digitalização e as alterações climáticas introduzem novos temas na agenda, e o comércio Sul-Sul ultrapassa pela primeira vez o comércio Norte-Norte. A UE, diante da possível retirada dos EUA da OMC (legal ou de facto), **deve preparar-se para liderar ou co-liderar um novo capítulo** na governação do comércio global, promovendo reformas e alianças que salvaguardem a previsibilidade e estabilidade do sistema.

4. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

Teve lugar, esta semana, a sessão plenária do PE em Estrasburgo ([agenda aqui](#)), sendo de destacar o seguinte:

Debate sobre as Conclusões do Conselho Europeu de março

Na terça-feira, os Deputados debateram com o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e com a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, os resultados do Conselho Europeu de março (detalhe [aqui](#)).

António Costa (discurso [aqui](#)) destacou que o Conselho Europeu abordou prioridades fundamentais como o apoio à Ucrânia, a defesa europeia, a migração e, sobretudo, a competitividade económica da UE. Sublinhou a urgência de enfrentar os desafios económicos através de três eixos principais:

- **Redução da burocracia**, com metas de diminuição de 25% para todas as empresas e 35% para PME.
- **Tornar os preços da energia mais acessíveis**, para beneficiar os cidadãos e aumentar a competitividade empresarial.
- **Transformação da poupança em investimento produtivo**, incluindo maior integração dos mercados financeiros e criação de uma União da Poupança e dos Investimentos.

Referiu, ainda, que todos os anos cerca de 300 mil milhões de euros de poupanças da UE saem para fora da União, um fenómeno que considerou inaceitável. Destacou a importância da Cimeira Social Tripartida e da colaboração com parceiros sociais para garantir que a competitividade se traduza em prosperidade partilhada.

Finalmente, apontou a defesa como setor estratégico, com investimentos que promovem inovação e coesão territorial, e realçou a criação do instrumento «SAFE» para apoiar as capacidades de defesa dos Estados-Membros. Neste contexto, reforçou a necessidade de aprofundar parcerias estratégicas globais e defender uma ordem internacional baseada em regras e multilateralismo eficaz.

Ursula von der Leyen (discurso [aqui](#)) lamentou profundamente o anúncio de tarifas universais pelos EUA, considerando-o um golpe significativo para a economia global. Alertou para consequências imediatas e severas,

como o aumento da inflação, o agravamento do custo de vida (incluindo bens alimentares, medicamentos e transportes) e a perturbação das cadeias de abastecimento. Criticou a incoerência e o caos gerado por medidas unilaterais que atingem todos os parceiros comerciais dos EUA. Apelou à unidade europeia e assegurou que a UE protegerá os seus interesses, os seus cidadãos e as suas empresas, e destacou a força do Mercado Único europeu como porto seguro em tempos turbulentos e anunciou novas medidas de apoio aos setores estratégico-industriais mais afetados, como o aço, o automóvel e o farmacêutico.

Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa

O Parlamento Europeu aprovou dois relatórios sobre a [Política Externa e de Segurança Comum \(PESC\)](#) e a [Política Comum de Segurança e Defesa \(PCSD\)](#), apelando a uma resposta determinada da União Europeia face aos desafios geopolíticos globais (detalhe [aqui](#)). A mensagem central é clara: a UE deve assumir um papel mais assertivo na cena internacional e defender os seus interesses estratégicos perante um mundo marcado pelo regresso à política das grandes potências e pela instabilidade global.

Pontos principais da resolução e dos relatórios aprovados

- **Reforço do apoio à Ucrânia:-** A UE deve aumentar e acelerar a assistência militar e política à Ucrânia, garantindo que esta se encontre numa posição de força em caso de negociações. Um eventual acordo de paz deve ser acompanhado de garantias de segurança sólidas e credíveis, para dissuadir futuras agressões da Rússia. O Parlamento congratula-se com os esforços da NATO e do Conselho Europeu de março de 2025 neste sentido.
- **Resposta ao contexto no Médio Oriente:** Apelo à elaboração de uma estratégia global da UE para o Médio Oriente por parte da Alta Representante Kaja Kallas. Apoio à solução de dois Estados e ao regresso da Autoridade Palestiniana a Gaza, no âmbito da Aliança Global para a sua implementação.
- **Relações com os Estados Unidos:** os Deputados consideram o diálogo com os EUA mais crucial do que nunca, apesar de críticas à reversão de parcerias e à política de apaziguamento da nova administração americana. Apela a que os Estados-Membros intensifiquem os canais bilaterais com os EUA, demonstrando unidade e coerência na posição da UE.
- **Relações externas e desafios ao multilateralismo:** Aumento das tentativas por parte da China, Rússia, Irão e outros de desestabilizar a ordem internacional e enfraquecer o multilateralismo. A UE deve reforçar a cooperação com parceiros com valores semelhantes, salvaguardando os seus interesses e os da ordem internacional baseada em regras.
- **Reforço da cooperação UE–NATO:** Necessidade de coordenação em matéria de dissuasão e interoperabilidade, com o objetivo de reforçar o pilar europeu dentro da NATO. Apoio à criação de uma União Europeia da Defesa, em paralelo com a intensificação da cooperação com a Aliança Atlântica.
- **Capacidade orçamental europeia para situações de crise:** O Parlamento propõe aumentar a dívida comum da UE, dotando-a de capacidade financeira para responder a crises e emergências futuras, incluindo no domínio da segurança e defesa. Os eurodeputados sublinham que os encargos devem ser partilhados equitativamente entre os Estados-Membros.

5. NATO - MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Nos dias 3 e 4 de abril de 2025, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO reuniram-se em Bruxelas para preparar a próxima Cimeira em Haia e debater questões urgentes de segurança internacional (detalhe [aqui](#)). Na conferência de imprensa que antecedeu o encontro ([aqui](#)), o Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte,

destacou o **aumento do investimento em defesa como um ponto central da agenda**, sublinhando que o reforço da defesa coletiva continuava a ser a principal prioridade da Aliança.

Assinalando o terceiro aniversário das atrocidades cometidas pelas forças russas em **Bucha**, Rutte prestou homenagem às vítimas e enalteceu os esforços dos Aliados para alcançar uma paz justa e duradoura. Reafirmou ainda o compromisso contínuo da NATO com a Ucrânia, referindo-se aos mais de 20 mil milhões de euros em assistência à segurança prometidos pelos Aliados desde o início do ano. O Secretário-Geral reconheceu também o agravamento do panorama de ameaças globais, defendendo a necessidade de construir uma NATO mais forte, mais justa e mais letal. Elogiou os parceiros da Aliança pelo seu contributo essencial para a segurança partilhada. Durante a reunião, os Ministros da NATO encontraram-se com parceiros da região Indo-Pacífico, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Andrii Sybiha, e com a Alta Representante da UE, Kaja Kallas, no âmbito do Conselho NATO-Ucrânia.

6. COMISSÃO EUROPEIA - POLÍTICA DE COESÃO

A Comissão Europeia apresentou uma **proposta de modernização da política de coesão** ([aqui](#)), com o objetivo de a alinhar com as prioridades estratégicas atuais da União Europeia, reforçando simultaneamente a sua função essencial de redução das disparidades económicas, sociais e territoriais. No âmbito da revisão intercalar dos programas de coesão para o período 2021-2027, os Estados-Membros são convidados a reprogramar parcialmente os seus fundos para canalizá-los para novos domínios prioritários, designadamente a competitividade e inovação, a defesa e a segurança, a habitação a preços acessíveis, a resiliência hídrica e a transição energética. A política de coesão é a principal política de investimento da UE, com um orçamento de **392 mil milhões de euros** no período 2021-2027. Esta revisão visa ajustá-la às novas exigências políticas, garantindo a sua relevância como instrumento de crescimento equilibrado e solidariedade territorial.

Pontos principais da proposta

- **Reforço da competitividade e da inovação:**
 - Alargamento do apoio do *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)* a grandes empresas nos setores da defesa, tecnologias estratégicas e descarbonização. Incentivo ao investimento dos Estados-Membros na *Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa*.
- **Apoio à indústria da defesa e às regiões fronteiriças orientais:**
 - Utilização dos fundos de coesão para construir infraestruturas resilientes à mobilidade militar.
 - Apoio às capacidades produtivas das PME e grandes empresas do setor da defesa na UE.
 - Possibilidade de *pré-financiamento preferencial* para regiões fronteiriças orientais que realoquem pelo menos 15% dos fundos para as novas prioridades.
- **Habitação a preços acessíveis:**
 - Duplicação dos fundos de coesão afetos à habitação acessível.
 - Criação de um novo *instrumento financeiro conjunto com o Banco Europeu de Investimento (BEI)*, combinando fundos públicos e privados.
- **Reforço da resiliência hídrica:**
 - Apoio a investimentos em digitalização de infraestruturas hídricas e medidas de combate à seca e desertificação.

- **Aceleração da transição energética:**
 - Financiamento de interligações energéticas e infraestrutura de carregamento para mobilidade limpa.
 - Apoio a sistemas de transporte e projetos de descarbonização.
- **Incentivos financeiros reforçados:**
 - Projetos estratégicos elegíveis para *até 30% de pré-financiamento*.
 - Programas que reafetem 15% ou mais dos seus fundos globais às novas prioridades podem receber níveis superiores de pagamentos antecipados.
 - Possibilidade de *financiamento até 100% dos custos elegíveis* em todas as regiões.

A proposta legislativa será debatida pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho no âmbito da revisão intercalar de 2025. A Comissão pretende concluir o exercício de reprogramação com os Estados-Membros até ao final de 2025, para que os novos programas possam entrar em execução no início de 2026.

6. COMISSÃO EUROPEIA - PROTECT EU - ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA INTERNA

A Comissão Europeia apresentou a **ProtectEU**, uma nova Estratégia Europeia de Segurança Interna que visa reforçar a capacidade da União para antecipar, prevenir e responder às ameaças internas à segurança dos seus cidadãos (detalhe [aqui](#)). Num contexto geopolítico em rápida transformação, marcado pelo aumento da criminalidade organizada, ciberameaças, terrorismo e ameaças híbridas de atores estatais e não estatais, a UE propõe uma abordagem modernizada e integrada, que mobiliza todos os setores da sociedade – cidadãos, empresas, investigadores e autoridades públicas. A estratégia articula-se com o Livro Branco sobre a Defesa, a Estratégia da União de Preparação e o futuro Escudo Europeu para a Democracia, formando um **quadro abrangente para uma União mais segura, protegida e resiliente**.

Pontos principais da proposta

- **Nova governação da segurança interna:**
 - Integração sistemática da perspetiva de segurança nas políticas da Comissão.
 - Monitorização regular das ameaças e relatórios ao Parlamento Europeu e ao Conselho.
 - Apoio à execução através da Academia de Segurança e do intercâmbio interinstitucional.
- **Antecipação e partilha de informação:**
 - Elaboração contínua de panoramas das ameaças com base nas avaliações da EU-SOCTA.
 - Reforço do papel da Capacidade Única de Análise de Informações (SIAC).
 - Melhoria da partilha de dados entre Estados-Membros e agências da UE.
- **Aplicação da lei e reforço das agências JAI:**
 - Novo mandato operacional para a **Europol**.
 - Reforço da **Frontex**, **Eurojust**, **ENISA** e interoperabilidade entre agências.
 - Novo sistema europeu de comunicações críticas.
 - Roteiros sobre acesso lícito a dados, cifragem e atualização das regras de conservação de dados.
- **Resiliência contra ameaças híbridas e cibersegurança:**
 - Novo **Regulamento Cibersegurança** e medidas para reduzir a dependência de fornecedores de risco.

- Estratégia portuária da UE e novos sistemas de segurança para aviação e cadeias logísticas.
- Plano de ação contra ameaças **químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (QBRN)**.
- **Combate à criminalidade organizada:**
 - Novo quadro jurídico europeu com regras reforçadas.
 - Estratégias contra o tráfico de droga, armas e seres humanos.
 - Plano para proteção das crianças e reforço da abordagem " **siga o dinheiro**", com novas regras de recuperação de ativos.
- **Prevenção do terrorismo e do extremismo violento:**
 - Nova agenda europeia e instrumentos preventivos contra a radicalização.
 - Estudo de viabilidade de um sistema europeu para rastrear o financiamento do terrorismo.
- **A UE como ator global de segurança:**
 - Reforço de parcerias com regiões estratégicas (América Latina, Mediterrâneo).
 - Novos acordos operacionais da **Eupol** e **Eurojust** com países terceiros.
 - Revisão do mecanismo de suspensão de vistos e inclusão da segurança nesta política comum s.

A ProtectEU marca uma viragem estratégica na abordagem europeia à segurança interna, combinando **integração política, antecipação de riscos, modernização tecnológica e reforço institucional**.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 2 e 3 de abril - [Reunião informal dos ministros da Defesa](#); 4 de abril - [Primeira Cimeira UE-Ásia Central](#)

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões parlamentares](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [9 de abril](#), destacando-se o **Plano de Ação para um Continente de Inteligência Artificial**.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 7 de abril - [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#); 7 e 8 de abril - [Reunião informal dos ministros da Cultura e dos Meios de Comunicação](#); 11 de abril - [Eurogrupo](#).

Estrasburgo | 4 de abril de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).